

DECRETO Nº 19.842, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos relativos à negociação e à celebração de acordos e de convenções coletivas de trabalho no Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre,

Considerando o cenário econômico;

considerando a necessidade de fortalecimento das negociações coletivas estabelecidas pela Administração Municipal e de transparência nas cláusulas dos instrumentos normativos pactuados especialmente entre as entidades da Administração Indireta e seus empregados;

considerando a responsabilidade de toda a Administração Pública, Direta e Indireta, no enfrentamento e na superação das graves adversidades financeiras, em atenção ao princípio isonômico; e

considerando, por conseguinte, a necessidade da implementação de esforços comuns de contenção de despesas e de otimização dos recursos públicos,

D E C R E T A:

Art. 1º Os procedimentos para negociação e celebração de acordos e de convenções coletivas de trabalho devem atender o estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. O Executivo não conhecerá de negociações e acordos coletivos, ou de quaisquer instrumentos deles decorrentes, entabulados sem a observância ao disposto neste Decreto.

Art. 2º As negociações coletivas de trabalho somente poderão ser conduzidas, e os instrumentos normativos resultantes firmados, com a ciência, a participação e a prévia autorização do Comitê para Gestão de Despesas de Pessoal (CGDEP), vinculado ao Gabinete do Prefeito (GP) e com competências fixadas no Decreto nº 19.651, de 4 de janeiro de 2017.

Art. 3º As proposições que reclamem aumento de despesa, de benefícios sociais ou de custeio deverão ser acompanhadas de avaliação da adequação às possibilidades econômico-financeiras e com indicação dos recursos correspondentes.

Parágrafo único. Previamente à abertura de negociação coletiva de trabalho pela Administração deverão ser encaminhados ao CGDEP os seguintes documentos:

I – justificativa para a concessão, a majoração, o reajuste, a modificação ou a criação de qualquer benefício;

II – exposição dos resultados institucionais e individuais que se quer alcançar com o acordo ou a convenção coletiva pretendida, quanto à melhoria do desempenho da entidade e ao incremento da eficiência, oferecendo indicativos apropriados para embasá-la;

III – manifestação do órgão de assessoramento jurídico da entidade da Administração Indireta quanto à segurança jurídica das cláusulas propostas;

IV – detalhamento da despesa decorrente do acordo ou da convenção pretendida, indicando todos os elementos e as informações que a identifiquem;

V – estimativa do impacto financeiro e orçamentário no exercício em que se deva realizar o acordo ou a convenção coletiva; e

VI – descrição detalhada das fontes de recursos a serem utilizadas para cobrir as despesas decorrentes do acordo ou da convenção coletiva.

Art. 4º Os instrumentos resultantes das negociações coletivas de trabalho somente poderão ser celebrados depois da manifestação de viabilidade pelo CGDEP e do subsequente pronunciamento da Procuradoria-Geral do Município (PGM), quanto à sua validade jurídico-normativa.

Art. 5º A PGM zelará pelo efetivo cumprimento do disposto neste Decreto, incumbindo-lhe promover as diligências e outras medidas necessárias para a proteção do patrimônio público, a averiguação das responsabilidades e a reparação das irregularidades.

Art. 6º Aos dirigentes maiores das entidades da Administração Indireta deverá ser dado, por ocasião da posse formal, conhecimento deste Decreto.

Parágrafo único. Aos dirigentes já empossados, a ciência será dada pelo CGDEP.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2 de outubro de 2017.

Nelson Marchezan Júnior,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Eunice Nequete,
Procuradora-Geral do Município.